

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

AULA INAUGURAL DO SEMESTRE LETIVO 2021.1
JOÃO PESSOA - 11.03.2021 - 19h



MEU CAMINHO NA FILOSOFIA E NOS DIREITOS HUMANOS

É para mim uma grande honra e responsabilidade proferir a palestra de abertura do semestre letivo 2021.1 do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPB. Agradeço ao professor Cristiano Bonneau pela iniciativa e pela organização desse evento e aos professores Ana Thereza, Chefe do Departamento de Filosofia; Robson, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia; Marlene, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas; e Suelídia, Coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, pela coordenação do evento.

Agradeço encarecidamente as palavras de afeto e de elogio que me foram endereçadas pelos membros da mesa e que se devem mais à generosidade dos colegas que aos méritos do homenageado.

Como sempre afirmo, tenho uma dívida imensa com a UFPB, com a Paraíba — que me concedeu o título de cidadão paraibano, que exibo com muito orgulho — e com o Brasil por ter me acolhido 40 anos atrás de braços aberto, permitindo que me tornasse professor universitário e realizasse toda a minha formação de doutorado e pós-doutorado na Itália. Se os paraibanos que vão para a Itália fossem recebidos como eu foi recebido na Paraíba, o mundo seria bem melhor do que é.

Dirijo-me a todo o público que está assistindo on-line, e em particular minha fala vai para os colegas do departamento e os estudantes de graduação e pós-graduação, que escolheram empreender o estudo da filosofia.

Esta é minha última atividade como professor da UFPB e a primeira como aposentado.

Filosofia e Democracia: um binômio indissolúvel.

Diz a história ou a lenda que, em 1453, enquanto a cidade de Constantinopla ou Bizâncio estava sob assédio das tropas do exército turco-otomano, os teólogos,

juristas e políticos bizantinos estavam discutindo um tema de grande atualidade e relevância para eles: se os anjos tinham sexo e qual seria o sexo dos anjos!

A partir desse episódio, falar do sexo dos anjos se tornou sinônimo de tratar de assuntos supérfluos, e o substantivo bizantinismo e o adjetivo bizantino se aplicam a debates insignificantes ou desinteressantes.

Não estou aqui para falar do sexo dos anjos, embora seja um tema relevante para os medievais, e o professor Anderson não me deixa mentir! Mas nesse momento histórico em que a cidadela da razão está sendo atacada pelo fundamentalismo religioso, pelo obscurantismo anticientífico, pelo fanatismo e pela intolerância; em que a universidade é atacada na sua autonomia, e as ciências humanas como um todo, e especialmente a filosofia, sofrem agressões, não posso me dar ao luxo de falar do sexo dos anjos. Infelizmente temos temas mais urgentes a tratar.

O que significa aqui e agora, *hic et nunc*, nesse momento histórico do Brasil, falar de filosofia? Significa antes de tudo falar de democracia!

Filosofia e democracia constituem um binômio indissolúvel. Não sei se foi a filosofia que criou a democracia ou se, vice-versa, foi a democracia que criou a filosofia: o certo é que sem democracia não haveria filosofia e sem filosofia não haveria democracia.

O exemplo *a contrario* é dado por Esparta, a *polis* militarizada e autoritária que governava com mão de ferro e que conseguiu a vitória militar sobre Atenas na guerra do Peloponeso, mas não deixou **nada** atrás dela: não há vestígios materiais ou imateriais de uma herança cultural espartana.

Atenas foi vencida, mas deixou um patrimônio material e imaterial imenso, cujo legado perpassou os séculos e chegou até nós. Os romanos também conquistaram Atenas, mas foram por ela conquistados culturalmente: "*Graecia capta ferum victorem cepit*" (a Grécia conquistada conquistou o selvagem ou feroz ou ferino vencedor).

Aristóteles considerava as ciências práticas, ou seja, a ética e a política, sobretudo esta última, como ciências arquitetônicas porque criavam a estrutura social e política e as condições materiais e espirituais indispensáveis ao surgimento da vida e da vida boa, do *eu zen*, do bem viver. A filosofia só poderia se desenvolver e crescer em uma sociedade bem organizada, sem grandes desigualdades sociais, na qual as necessidades primárias da vida fossem satisfeitas e assim houvesse um espaço para o que os latinos chamarão de *otium* e que os gregos chamavam de *bios teoretikós*; algo que os medievais traduziram por vida contemplativa (*theoría*). Os escolásticos medievais sintetizaram assim esse pensamento: *primum vivere deinde philosophari*.

A filosofia nasce assim, indissoluvelmente ligada à estrutura democrática de Atenas, e encontra o seu ápice no século de Péricles, o século da democracia, permitindo um diálogo permanente e livre sobre tudo, inclusive sobre os pressupostos e fundamentos da própria democracia, entre seus defensores e críticos.

Na primeira parte do livro *DEMOCRACIA E ELITISMO DOS ANTIGOS E DOS MODERNOS*,¹ que escrevi com o professor Rubens Guimarães tratamos do debate a

¹ TOSI, G. – GUIMARÃES, R. *Democracia & Elitismo dos Antigos e dos Modernos*. Curitiba: CRV, 2020. Disponível em: <https://editoracrv.com.br/produtos/detalhes/35006-democracia-elitismo-dos-antigos-e-dos-modernos-ensaios>.

favor da democracia e contra ela, apresentando várias e opostas posições: os críticos radicais da democracia e defensores da tirania da Antiguidade, os sofistas Trasímaco e Cálicles (cujos perfis foram magistralmente traçados por Platão em *A República* e no *Górgias*); o mito fundador da democracia de Protágoras, o sofista filodemocrático no homônimo diálogo de Platão; a crítica à constituição ateniense do pseudo-Xenofonte; a apreciação negativa à democracia de Platão e a postura mais favorável de Aristóteles.

Repercorrendo esse debate, ficamos assombrados pela profundidade das questões estudadas, dos termos criados, da linguagem elaborada, pela radicalidade e liberdade das posições que os filósofos atenienses haviam defendido.

Platão, o maior filósofo, não foi um totalitário — como o define Karl Popper em *A Sociedade Aberta e seus inimigos* —, mas foi claramente um antidemocrático, porque a democracia era para ele o reino da *doxa* e não da *episteme*, da opinião e não da ciência. E defendeu na *República* e no *Político* o governo dos sábios, dos que sabem, dos reis-filósofos treinados e habilitados ao exercício do poder por meio de uma longa e rigorosa preparação, uma *paideia* política.

Platão era crítico da democracia ateniense — também porque foi esse regime que condenou à morte Sócrates — e mais simpático ao regime espartano. Tecendo comparações, essa postura de Platão lembra a dos filósofos marxistas europeus no pós-Segunda Guerra, que usufruíam das liberdades “burguesas”, mas viviam elogiando a União Soviética, país onde teriam sido proibidos de se manifestar. Há às vezes um fascínio dos intelectuais pelos tiranos mais ou menos “esclarecidos”.

Aristóteles, que era um cientista e não era um cidadão ateniense — aliás, não era propriamente grego, mas macedônio — enxerga com um olhar mais distante a política e acaba apoiando a democracia, não como o regime ideal absoluto nos moldes de Platão, mas como o melhor possível entre os regimes existentes; o único em que convivem ao mesmo tempo a liberdade (*eleutheria*) e a igualdade (*isonomia*).

A defesa da democracia, porém, não era incondicional; Aristóteles traça uma distinção fundamental e lança um alerta: condena radicalmente a **demagogia** como um regime desviado em que quem governa o faz em benefício próprio e sem respeitar as Leis. Já naquele tempo, a linha divisória entre democracia e demagogia era muito tênue, e hoje continua assim: a demagogia, praticada em larga escala e com os novos meios digitais, está ameaçando o processo democrático no Brasil e no mundo.

Aristóteles também discorda de Platão — como sempre e quase sobre todos os temas —, afirmando que o talento político não coincide com o talento filosófico, criticando, assim, a proposta de Rei-filósofo: o filósofo é Sócrates, mas o político é Péricles. Duas figuras distintas!

Uma outra reflexão deixada pelos antigos é o tema recorrente das mudanças de regimes — *stasis*, *metabolé*, *anakuklosis*, revoltas ou revoluções — elaborado sobretudo pelo historiador grego Políbio: da aristocracia para a monarquia, da monarquia para a tirania, da tirania — por meio de um *stasis*, revolta — à democracia, para dessa última voltar à tirania e assim realimentar o ciclo incessante das formas de governo².

² Sobre a diferença entre o conceito antigo e moderno de revolução ver: TOSI, G. Hannah Arendt e a Revolução: *novus ordo saeculorum*. *Problemata*, Vol. 10, Nº. 1, 2019, p. 125-142. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7024007>.

O remédio contra esses ciclos é a teoria do governo misto, em que monarquia, aristocracia e democracia convivem, dando, assim, mais estabilidade ao regime: os governos mistos são mais estáveis do que os governos “puros”.

Essa doutrina teve uma longa tradição no Ocidente³.

Qual é o legado que podemos retirar desse debate antigo?

A democracia ateniense foi o maior exemplo de uma democracia direta que se conhece na história: Aristóteles define isso em *A Política* e mais minuciosamente em *A Constituição de Atenas*. A democracia ateniense possuía uma cidadania restrita que excluía as mulheres, os escravos e os estrangeiros, porém, entre os cidadãos livres e iguais, a tomada de decisão era coletiva na *agorá*, os cargos eram escolhidos por sorteio — com exceção dos cargos de estrategos, que eram por votação —, e a assembleia era soberana, não havia propriamente um parlamento nem partidos.

Isso não significa dizer que a democracia foi o governo “do povo, pelo povo e para o povo”, segundo a famosa definição canônica de Abraham Lincoln, no discurso de Gettysburg, em 1861. Segundo uma visão mais realista da democracia ateniense proposta — entre outros — pelo estudioso da antiguidade Luciano Canfora, a principal característica da democracia ateniense foi que a aristocracia ateniense, à diferença da espartana, decidiu governar **com** o povo (*demos*), e não **contra** ele. Atenas seria, assim, nessa ótica, uma democracia elitista, ou uma “aristocracia com a aprovação do povo”, como afirma Aspásia, a hétera, amante e companheira de Péricles, no discurso a ela atribuído por Platão no diálogo *Menêxenos*⁴.

Essa leitura será retomada no final do século XIX e início do século XX pelos sociólogos da teoria das elites Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels⁵ e, depois da Segunda Guerra Mundial, pelos elitistas democráticos — a segunda parte do nosso livro está dedicada a isso⁶. A definição mais clara nesse sentido foi de Joseph Schumpeter: democracia não é o governo do povo, pelo povo e para o povo, mas o governo da competição das elites pela disputa do consenso e do voto popular. Dessa forma, a qualidade de uma democracia se mede também e sobretudo pela qualidade das suas elites políticas, econômicas, sociais, culturais. E este é um dos problemas da democracia brasileira: a baixa qualidade das suas elites políticas!

Na contemporaneidade, houve uma mudança radical e a democracia teve duas características novas: foi estendida, e não restringida, por meio do sufrágio universal, e foi representativa, e não direta; mas há também um outro elemento de novidade respeito à democracia antiga. Democracia na contemporaneidade é uma palavra sintética para dizer duas coisas distintas, o correto seria usar **Estado democrático de direito**, que implica dois princípios, até certo ponto, opostos: de um lado, democracia entendida *stricto sensu* como vontade da maioria, e, de outro lado, as garantias dos direitos.

No primeiro sentido, a democracia, entendida somente como vontade da maioria, pode se tornar uma tirania da maioria, ou uma demagogia. Um exemplo

³ Ver: BOBBIO, N. *A Teoria das Formas de Governo*. Brasília: UnB, 1992 (Cap. IV Políbio). Ver também: TOSI-GUIMARÃES. *Democracia e elitismo...* p. 134: Transformações e estabilidade dos regimes políticos: o governo misto.

⁴ CANFORA, L. *O mundo de Atenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Ver também: TOSI-GUIMARÃES. *Democracia & Elitismo...* p. 118: Luciano Canfora: a desconstrução do “mito” da democracia ateniense.

⁵ Ver: HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

⁶ TOSI-GUIMARÃES. *Democracia & Elitismo...* p. 157-211: A teoria das elites/O elitismo democrático.

próximo são os pronunciamentos do atual presidente, que declarou que: “o Estado é laico, mas nosso governo é cristão, porque 90% do povo brasileiro também é”⁷ e que a democracia é a vontade da maioria, e que a minoria deve se submeter a isso⁸.

É neste sentido que a palavra e o conceito de democracia foram considerados negativamente em toda uma longa tradição histórica e receberam as críticas mais contundentes, desde os tempos antigos até hoje: Platão considerava a democracia uma forma de anarquia, na qual não prevalecia a liberdade, mas a licenciosidade; Aristóteles, uma demagogia; Kant, necessariamente, um despotismo, porque não respeitava a divisão dos poderes; Tocqueville, uma tirania da maioria; Stuart Mill, uma tirania da opinião pública sobre as minorias; Ortega y Gasset lamentava a *Rebelión de las masas*; Hannah Arendt lançava o seu magistral ensaio sobre os perigos dos totalitarismos de direita e de esquerda e, finalmente, Elias Canetti chamava a atenção para o *Poder das massas*, etc. Isso acontece quando a democracia se torna uma tirania da maioria e uma demagogia como já alertavam os antigos!

Por isso, o princípio da maioria deve ser contrabalanceado pelo princípio da garantia dos direitos fundamentais, ou seja, dos direitos humanos, que constituem o alicerce do nosso pacto social e são inscritos na Constituição Cidadã de 1988. Temos aqui o paradoxo da democracia: a soberania popular é a fonte do pacto constitucional, mas as cláusulas pétreas da Constituição, ou seja, os direitos fundamentais, são preservadas da soberania popular que as criou e colocadas “em segurança” para defender os direitos das minorias e evitar a tirania da maioria.

Esse é então o paradoxo e a tensão que vive permanentemente a democracia e cria uma instabilidade política que pode dar início aos ciclos de que trata Políbio: pode haver uma degeneração da democracia para a tirania e assim perpetuar o ciclo das formas de governo.

A outra “lição dos antigos” é que a democracia deve ser uma forma mista de governo na qual povo e elites convivem evitando os perigos de uma “democracia pura”, que seria uma democracia totalitária (um oxímoro) e de um “elitismo puro”, que seria antidemocrático.

E o Brasil o que tem a ver com isso? Como está a democracia brasileira? Ou melhor, como anda o processo de democratização, uma vez que a democracia não é algo estável, mas em contínuo movimento?

O Brasil comemorou, em 2020, 32 anos após a promulgação da última constituição, 32 anos de um processo de transição não plenamente consolidado e bastante frágil — tanto nas regras formais, quanto nos aspectos mais substanciais — de uma democracia não somente política, mas social.

Apesar de todas as dificuldades, houve, porém — após o impeachment do presidente Collor em 1993, na passagem dos governos Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff — **mais continuidades do que rupturas**, se considerarmos o respeito às regras do jogo

⁷ Ver: <https://tercalivre.com.br/bolsonaro-o-estado-e-laico-sim-mas-o-presidente-da-republica-e-cristao/>. Ver também: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2020/09/o-estado-e-laico-mas-nosso-governo-e-cristao-diz-bolsonaro-no-twit.html>.

⁸ Ver: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/alexandre-garcia/a-voz-do-povo-e-a-vontade-da-maioria/>. Ver também: <https://piaui.folha.uol.com.br/bolsonaro-e-tirania-da-maioria/>. Ver também: <http://www.justificando.com/2015/06/26/democracia-nao-e-vontade-da-maioria/>.

democrático, segundo a famosa definição de Bobbio⁹. Esse quadro mudou radicalmente com o golpe institucional que se iniciou em 2016 com o impeachment da presidenta Dilma e com a posse do governo Temer, e mudou ainda mais rápida e radicalmente com o governo atual, que coloca em perigo o processo de democratização e pode retomar os ciclos.

Diante desse quadro, a pergunta central é a seguinte: **está havendo uma mudança de governo ou uma mudança de regime político?** Estamos ainda em uma democracia ou em um regime autoritário? Vivemos em um estado de normalidade democrática ou de exceção permanente? Vários são os sinais que preocupam e que apontam a segunda opção.

Não vou tratar aqui temas tão relevantes como a condução da pandemia, os retrocessos na área de segurança e meio ambiente e em outras áreas sociais; vou citar somente os aspectos ideológicos da questão que atingem mais diretamente a filosofia e a política como ciências arquitetônicas.

A distorção dos direitos humanos

O governo atual promove uma campanha ideológica baseada no *slogan* de que “os direitos humanos defendem bandidos”, que “os direitos humanos defendem quem não presta”, que “os direitos humanos somente deveriam valer para os ‘humanos direitos’”; uma campanha que produz efeitos deletérios. Trata-se de um entendimento distorcido e perigoso, uma vez que os Direitos Humanos não são (ou não deveriam ser) de esquerda ou de direita. São os alicerces da Constituição e do pacto social, são o padrão mínimo de uma convivência civilizada¹⁰.

Os Direitos Humanos são frutos de um longo processo histórico de lutas, revoluções, guerras e conflitos que convenceram a humanidade a adotá-los como padrão mínimo civilizatório. Eles reúnem o que há de melhor na história da humanidade: a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

A liberdade civil e política é a herança do liberalismo político deixada pelas revoluções burguesas contra o absolutismo monárquico e o sistema econômico feudal; a igualdade social e econômica é a herança das revoluções socialistas contra a exploração capitalista; e a fraternidade é a herança do cristianismo social, que ensina que todo ser humano é criado à imagem e semelhança de Deus e que em todos, inclusive no mais desprezível, há uma centelha divina, o que lhe confere uma dignidade própria.

⁹ BOBBIO, N. *O futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Ver: TOSI, G. *10 lições sobre Bobbio*. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/li%C3%A7%C3%B5es-Bobbio-Gislene-Campos-Oliveira/dp/8532652190>.

¹⁰ BEDIN, G. – TOSI, G. Direitos Humanos uma conquista civilizatória. *Revista Direitos Humanos & Democracia*, UNIJUI, V. 6 n. 12(2018), p. 297-301. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/8408>. TOSI, G. Democracia e direitos humanos: uma conquista civilizatória ameaçada no Brasil e no mundo. *Revista Interdisciplinar de DH* | Bauru, v. 7, n. 1, p. 32-59, jan./jun., 2019. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/659/280>.

Nesse sentido, como sempre afirmo, os Direitos Humanos seriam uma secularização do cristianismo. Justamente por isso não é aceitável utilizar a religião cristã contra os Direitos Humanos, o que acontece com o fundamentalismo.

O Fundamentalismo religioso

Outro sinal preocupante para a normalidade democrática é a aliança entre o autoritarismo político e o fundamentalismo religioso. Fundamentalismo significa acreditar que a religião basta, por si só, a resolver e responder a todas as questões humanas: a fé fornece todas as respostas de que o ser humano precisa, sem necessidade de recorrer à razão (*sola fides et sola scriptura*, pregava Lutero). Aliás, a racionalidade é vista como um perigo e uma ameaça para a fé, que deve ser combatida: contra os professores de filosofia, contra o ensinamento do darwinismo, contra os ateus ou agnósticos. A religião se torna, assim, um sectarismo e um fanatismo, todas as vezes que se afasta da racionalidade¹¹.

O presidente Bolsonaro, durante a campanha eleitoral e após a sua posse, promoveu uma aliança poderosa com setores fundamentalistas e conservadores das igrejas evangélica e católica. “Deus acima de tudo; Brasil acima de todos” é o lema desse governo, que fere os princípios do Estado Laico, da separação entre Estado e Igreja, e utiliza a religião como *instrumentum regni*¹².

O presidente Jair *Messias* Bolsonaro é considerado por vários líderes religiosos um enviado de Deus para salvar o país. Deus é constantemente “nomeado em vão” pelos governantes para justificar uma política de ódio, de preconceitos, de intolerância, um cristianismo identitário e beligerante, que pouco tem a ver com a mensagem de Cristo e muito mais com a tomada do poder.

A guerra ideológica e cultural

O fundamentalismo é uma expressão de um fenômeno maior, a “guerra cultural” lançada pelo governo contra as ideologias políticas com as quais discorda: o “marxismo cultural”, a pedagogia de Paulo Freire — chamada de “lixo” —, o “método gramsciano”, a “ideologia de gênero”, todos reunidos sob o manto do combate ao “comunismo”. Um conceito vago e indefinido que abrange muitos significados: remete ao “inimigo” histórico dos tempos da Ditadura Militar e da Guerra Fria, em um novo contexto totalmente diferente, passados mais de 30 anos da queda do Muro de Berlim e do fim da Ditadura Militar no Brasil. E serve para condenar e perseguir toda e qualquer coisa que possa se assemelhar a um pensamento que ameace os “valores tradicionais”: Deus, a pátria, a família e a propriedade.

O objetivo principal dessa “pauta ideológica ou de costume” é a luta ideológica para combater a influência “nociva” da escola pública e as ideologias nelas difundidas. Na verdade, se trata de uma campanha contra tudo é que moderno, um tradicionalismo antimoderno e anti-iluminista. Da mesma forma, é lançada uma campanha ideológica contra o ensino da filosofia e da sociologia, que havia sido

¹¹ Ver Kant, I. *A religião nos limites da simples razão*. Lisboa: Edições 70, 2008.

¹² Ver: TOSI, G. *Religião e Política: três possíveis relações*. Revista *Religare. Fundamentalismo Religioso, Política e Laicidade*, v.15, n.2, dezembro de 2018, p. 382-421 Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/44047>.

retirado do currículo do ensino médio pela Ditadura Militar e reintroduzido por governos democráticos, e que agora está sob ameaça. Uma ofensiva que se estende a todas as ciências humanas consideradas inúteis ou prejudiciais para a educação dos jovens, que deveriam estudar algo mais útil, conforme declarado pelo presidente¹³.

A militarização do governo e da sociedade

O novo governo mostrou, desde a campanha eleitoral e após a sua posse, uma vontade explícita de resgatar o papel político que os militares haviam perdido na transição democrática, após mais de 30 anos de — relativo — afastamento da cena política.

Há uma diferença entre um “governo militar”, e um “governo *de* militares”: o governo atual não é — ainda? — um governo militar como foi a Ditadura de 1964 a 1985. Porém, a presença de um capitão e de um general nos dois máximos cargos do Estado, e de milhares de militares de várias patentes nos primeiros escalões do governo é muito significativa e não é a título pessoal, como indivíduos e cidadãos, mas como representantes da instituição. E é legítimo se perguntar o que estão fazendo milhares de militares fora da sua formação e função, uma vez que, em uma democracia consolidada, o papel político das forças armadas deveria tender ou ser igual a zero.

A presença dos militares não se limita à questão da defesa e da segurança, mas se espalha em todos os setores do governo, na infraestrutura, na ciência, tecnologia, na mineração e energia, na direção de empresas estatais, na questão indígena, e até na saúde e na educação: os colégios militares estão sendo propostos como modelos para a educação básica, o projeto “Escola sem Partido”, está sendo proposto para todos os níveis de ensino, e se repetem tentativas de impor a censura aos debates políticos dentro das universidades¹⁴.

Nesse contexto, uma instituição como as Forças Armadas, por sua natureza autocrática, assume um papel político relevante com apoio e consenso popular, o que lhe confere uma legitimidade democrática, se nos limitarmos ao conceito de democracia como vontade da maioria; mas a democracia não é só isso, é também a garantia dos direitos das minorias, como lembra Bobbio.

É o modelo espartano!

Conclusões

A democracia brasileira está submetida a um *stress test* de alta intensidade, e há um perigo real de que possa sucumbir. Entretanto, nesses anos de transição da ditadura à democracia, foi realizado um enorme trabalho em várias áreas envolvendo milhões de pessoas e milhares de instituições — incluindo-se aqui a nossa universidade — que nos permitem confiar que as garantias e as liberdades fundamentais serão respeitadas; que as instituições e a sociedade civil reajam, resistam e funcionem; que as oposições possam agir e atuar sem impedimentos e perseguições; que o governo não se torne um regime que aos poucos vai sufocando

¹³ Ver: <https://vermelho.org.br/2019/04/26/bolsonaro-ataca-o-ensino-de-filosofia-e-ciencias-humanas/>

¹⁴ Ver: <https://www.destaquenoticias.com.br/mec-nao-pode-praticar-censura-nas-universidades/>

a democracia; que seja parte de um ciclo, um momento, um contraponto a um período anterior e que se volte a uma alternância de governo; enfim, que a exceção não se torne a regra.

Afinal, o que caracteriza a democracia liberal, segundo Popper — citado por Bobbio em *O futuro da democracia* —, é que o opositor não é um inimigo a ser eliminado, mas um adversário, que amanhã pode se tornar governo, e que é possível haver uma alternância de governo *sine effusione sanguinis* — sem derramamento de sangue.

Visão diametralmente oposta àquela deste governo, que volta à doutrina da segurança nacional da ditadura e considera o adversário um inimigo interno a ser eliminado: volta todo o linguajar bélico e belicista que o governo e as redes sociais espalham, que se reflete na tentativa de militarização da sociedade e até da religião, uma aliança espúria entre cristianismo e armamentismo¹⁵.

Militarização essa que se estende ao apoio que o governo recebe das corporações dos policiais de vários Estados, e das milícias, tão próximas da família do Presidente: grupos paramilitares compostos por ex-policiais e criminosos com alianças no mundo político e financeiro, uma herança dos temíveis “esquadrões da morte”, que atuavam livremente na época da ditadura. Os recentes decretos do Presidente para ampliar a posse e o porte de armas vão no sentido de fortalecer os setores que detêm a posse legítima ou ilegítima das armas.¹⁶

Um teste crucial para a democracia será a posição do governo e das forças sociais e políticas que o seguem, sobretudo os militares e os outros grupos armados, em relação à decisão do STF que anulou as condenações de Lula, restabelecendo os seus direitos políticos. É um teste para ver até que ponto o governo aceita as regras do jogo, mesmo quando resultam contra os seus interesses, ou só as aceita quando lhe convêm. O mesmo vale para o próximo processo eleitoral, no qual o presidente já anunciou que não vai aceitar uma eventual derrota, seguindo o exemplo de Trump, que, porém, não teve o apoio do exército na sua tentativa de golpe.

Isso vale para o Brasil, mas também para outros países do mundo onde há **uma crise do liberalismo político e um avanço do populismo autoritário e do liberalismo econômico**¹⁷. Parafraseando o título de um famoso livro de Bobbio: será que a democracia liberal tem ainda um futuro ou estamos assistindo aos últimos capítulos? Quando falo de liberal estou falando do liberalismo político, que, como a democracia de Aristóteles, procura conciliar ao mesmo tempo a liberdade e a igualdade.

O Brasil é um bom laboratório para responder a essa questão e nós filósofos não podemos ficar ausentes desse debate ideológico. O que está em jogo é a democracia e, portanto, a filosofia, um binômio indissolúvel: sem democracia não há filosofia, sem filosofia não há democracia, ensinam-nos os antigos e alertam-nos os modernos.

¹⁵ Patrícia Bezerra. *Bíblia calibre 38*. Líderes pseudorreligiosos usam Escrituras como instrumento de dominação. FOLHA DE SÃO PAULO, 11.03.2021. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/03/biblia-calibre-38.shtml>.

¹⁶ Ver: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/02/12/bolsonaro-publica-decretos-que-alteram-regulamentos-sobre-armas-no-brasil.htm>.

¹⁷ Ver: TOSI, G. A crise do liberalismo político e a ascensão do liberalismo econômico e do populismo autoritário. O caso do Brasil. *Teoria Política*. 9-2019/Annali IX, p.227-249. Disponível em: <https://journals.openedition.org/tp/827>.

Não vamos nos omitir debatendo... o sexo dos anjos, enquanto o cerco à filosofia, à cultura, à civilização avança!

Obrigado.

João Pessoa, 11 de março de 2021.

Giuseppe Tosi

Professor aposentado da UFPB